
**MUSEU MALVINAS E ILHAS DO
ATLÂNTICO SUL: ENTRAVES
NARRATIVOS E CRÍTICA DESCOLONIAL
QUARENTA ANOS APÓS O
CONFLITO(1982-2022)**

João Gabriel Rabello Sodré Pós-doutor. Georgetown University. ORCID:
<http://orcid.org/0000-0003-3821-1404>. E-mail: jr1834@georgetown.edu

MUSEU MALVINAS E ILHAS DO ATLÂNTICO SUL: ENTRAVES NARRATIVOS E CRÍTICA DESCOLONIAL QUARENTA ANOS APÓS O CONFLITO(1982-2022)

MALVINAS MUSEUM AND THE SOUTH ATLANTIC ISLANDS: NARRATIVE OBSTACLES AND DECOLONIAL CRITIQUE FORTY YEARS AFTER THE CONFLICT (1982-2022)

João Gabriel Rabello Sodré

RESUMO

Este artigo examina o Museu Malvinas e Ilhas do Atlântico Sul, localizado na capital argentina. A instituição busca entrelaçar aspectos físicos (biologia, geologia e questões afins) a questões humanas (geografia, história), reafirmando a tese da soberania argentina sobre o arquipélago do Atlântico Sul. Ao fazê-lo, busca tecer críticas ao imperialismo europeu, notadamente o britânico, promovendo um debate que vai além da disputa, também incorporando uma perspectiva regional (latinoamericana) sobre o tema. Contudo, argumenta-se que a narrativa adotada pelo museu portenho, ao reafirmar instrumentos eurocêntricos, como o Tratado de Tordesilhas, bem como referências nacionalistas, como heróis da independência argentina, acaba por reforçar uma narrativa europeia de dominação. Tal perspectiva ignora povos originários e grupos subalternizados, como comunidades negras das Américas. Em que pese seja evidente e necessária a crítica ao imperialismo europeu, a resposta da instituição utiliza-se de instrumentos concretos e simbólicos muito semelhantes àqueles adotados historicamente por países europeus e seus aliados. Este artigo também considera aspectos do chamado “turismo da sombra” ou dark tourism, juxtapondo conceitos teóricos do nicho a fim de analisar a instituição argentina. Conclui-se que o museu tem papel relevante, na medida em que traz contribuições educativas ao público geral, perdendo, contudo, a oportunidade de incorporar perspectivas inclusivas e efetivamente descoloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Malvinas, Falklands, descolonialidade, Império Britânico, América Latina.

ABSTRACT

This article examines the Malvinas Museum and South Atlantic Islands, located in the Argentine capital. The institution seeks to intertwine physical aspects (bio biology, geology and related issues) with human issues (geography, history), reaffirming the thesis of Argentine sovereignty over the South Atlantic archipelago. In doing so, it seeks to criticize European imperialism, particularly British imperialism, promoting a debate that goes beyond the dispute, also incorporating a regional (Latin American) perspective on the issue. However, it is argued that the narrative adopted by the Buenos Aires museum, by reaffirming Eurocentric instruments, such as the Treaty of Tordesillas, as well as nationalist references, such as heroes of Argentine independence, ends up reinforcing a European narrative of domination. This perspective ignores native peoples and subalternized groups, such as black communities in the Americas. Although the critique of European imperialism is obvious and necessary, the institution's response uses concrete and symbolic instruments very similar to those historically adopted by European countries and their allies. This article also considers aspects of so-called "shadow tourism", juxtaposing theoretical concepts of the niche in order to analyze the Argentine institution. It concludes that the museum plays an important role in bringing educational contributions to the general public, while missing the opportunity to incorporate inclusive and effectively decolonial perspectives.

KEYWORDS: Malvinas, Falklands, decoloniality, British Empire, Latin America.

INTRODUÇÃO

Em 1982, a ditadura argentina lançou uma ousada operação militar, invadindo as Ilhas Malvinas ou Falkland Islands, ocupadas de forma permanente pelo Reino Unido desde o século XIX. A invasão argentina, além de frustrada, inflou egos neoliberais representados por Margareth Thatcher, cuja liderança sobre o conflito lhe trouxe certa simpatia do público, amenizando suas conturbadas reformas e seus discursos contra o *welfare* britânico. O arquipélago rochoso no extremo-Sul das Américas foi disputado por Espanha, França e Inglaterra no período pré-independência, tendo sido reivindicado pela Argentina desde os primeiros anos enquanto Estado independente. A diplomacia do século XX, contudo, deu espaço a uma desesperada estratégia militar. Ciente dos riscos da operação, a ditadura militar decadente, através da mídia, buscou iludir a população argentina clamando por seu sucesso bélico. Findo o conflito, com a vitória britânica, ficou o governo argentino ainda menos legítimo. O insucesso da operação militar acabou por contribuir com o término do período ditatorial já no ano subsequente. Em anos recentes, foi inaugurado, na cidade de Buenos Aires, o Museu Malvinas e Ilhas do Atlântico Sul. O museu foi construído ao lado de uma antiga instalação militar sabidamente utilizada para detenção, tortura e desaparecimento de oponentes, a qual atualmente alberga entidades ligadas às políticas de direitos humanos e memória.

A instituição mescla análises sobre a fauna e flora do arquipélago a questões políticas, econômicas e históricas. Este artigo analisa a instituição a partir de uma análise descolonial, a qual problematiza a narrativa curatorial, sem eximir-se de uma crítica às ambições expansionistas europeias. Argumenta-se que, ao memorializar o conflito e reafirmar a alegada soberania argentina sobre o arquipélago, o museu utiliza-se de justificativas de cunho colonial, derivadas de políticas expansionistas ultramarinas do período moderno. Ao fazê-lo, acaba por contribuir com noções eurocêntricas de ocupação e propriedade, que desconsideram povos originários e a necessidade de se repensar a legitimidade de ocupações e de intervenções humanas sobre o meio ambiente. Ainda que, de forma clara e educativa, traga à tona importantes temas que concernem disputas territoriais globais e o impacto do colonialismo e imperialismo europeus (em especial o britânico), a instituição deixa de atrelar

à sua análise visões de mundo distintas, reforçando antigas ideias sob novas vestimentas. Este artigo busca conciliar, de um lado, uma necessária crítica ao expansionismo britânico e, de outro, questionamentos sobre narrativas de um estado latinoamericano independente sobre sua própria história.

PANORAMA SOBRE A INSTITUIÇÃO E SUA EXIBIÇÃO PERMANENTE

O edifício do museu está instalado nas imediações do complexo ESMA, antiga escola militar onde funcionavam aparelhos repressores da ditadura argentina (1976-83). A localização, em um primeiro momento, pode parecer um pouco desconexa com o sítio próximo, tratando-se de um museu que aglutina aspectos de história natural, biologia, geologia, e uma narrativa histórica longa (desde o século XV), a qual naturalmente ultrapassa os anos da ditadura militar local. Apesar de tal vasto repertório de temas, a ênfase central do museu é a disputa anglo-argentina pelos arquipélagos das Malvinas ou, em inglês, das Ilhas Falkland. O primeiro contato dos visitantes é com uma placa e uma pequena caixa de vidro no chão que contém terra proveniente das ilhas. O aspecto biológico-geológico encontra de imediato a questão política: “Sentí nuestras Islas Malvinas.” A frase determina o fio condutor da exposição permanente, que mescla aspectos de geologia e biologia com questões políticas e econômicas.

Após esse primeiro contato, o espectador se encontra com uma grande estrutura circular, em cujas paredes há uma linha do tempo. Para a curadoria do museu, a legitimidade argentina tem origem no Tratado de Tordesilhas, de 1494, que notoriamente dividiu o mundo entre espanhóis e portugueses. Trataremos a respeito desse aspecto mais adiante. Perpassam pela linha outros temas. Incluem-se as diversas tentativas de ocupação das ilhas por outros impérios europeus, notadamente pelos franceses e ingleses. Até o estabelecimento, de forma mais duradoura, dos ingleses, a partir da década de 1830. A narrativa demonstra as sucessivas e constantes declarações argentinas acerca do arquipélago. Já no século XX, inevitavelmente discute-se a desastrosa invasão da ditadura argentina ao arquipélago, que fez eclodir a Guerra das Malvinas (1982), contra o Reino Unido de Thatcher. Aqui há um aspecto interessante: o tom do museu é crítico em face da invasão, e claramente a coloca como uma forma de

terrorismo de Estado, ainda que defenda a tese argentina de que o arquipélago lhe pertence. Passando ao século XXI, a linha do tempo condena expressamente o acordo do governo Macri com o Brasil para que fosse autorizado um voo ligando o arquipélago a um aeroporto brasileiro (rota que foi acrescida à outra alternativa possível, através de Punta Arenas, no Chile). Com essa introdução histórica (e atual), o visitante é levado à exposição permanente de itens museológicos.



Figuras 1 e 2: Placa indicando “nossas Malvinas” e pequena amostra do solo do arquipélago; estrutura circular contendo impressão de longa linha do tempo (fotos do autor).

Passando por itens do acervo atinentes a explorações científicas, o visitante é levado até os andares superiores do museu, onde há uma discussão sobre imperialismo europeu. Nele, a tentativa da curadoria é de encaixar a disputa com o Reino Unido como uma questão descolonial. O Reino Unido é exibido com um poder global, que buscou colonizar todos os continentes. Há, inclusive, uma grande tela *touch-screen* interativa, com a qual pode-se

explorar todos os atuais e antigos domínios da coroa britânica, com repercussões políticas, econômicas e sociais. A tela dá bastante espaço à questão extrativista, que naturalmente perpassa também o caso das Malvinas, diante das riquezas do seu subsolo marítimo. A exibição não se limita, contudo, ao arquipélago, colocando-o lado a lado da Guiana, do Caribe, da América do Norte, das vastas regiões africanas, além da Ásia e da Oceania. Ao lado da tela, há televisões que exibem discursos de políticos latinoamericanos, notadamente Hugo Chávez e a ex-presidente argentina Cristina Kirchner. Em uma parede, há uma frase da última: “hoje as Malvinas deixaram de ser somente uma causa dos argentinos para transformar-se em uma causa global da América Latina.” Não longe deste ponto, e seguindo o caráter eclético do museu, aspectos de história natural e biologia reforçam a tese argentina.

Algumas peças expostas, por exemplo, tentam traçar uma ligação entre o arquipélago e o continente. Ossos de animais marinhos, desenhos de rotas de migração de pássaros e outros semoventes tentam estabelecer um vínculo biológico-político com a Argentina. Sob a ossada de um, uma placa afirma: “os elefantes marinhos como outros exemplares que temos no Museu são um símbolo da unidade ecológica existente entre as Malvinas e o continente.” Da discussão sobre imperialismo, unidade entre costa e ilhas, e solidariedade latinoamericana, o visitante é levado à exposição permanente sobre o conflito de 1982. Aqui retoma-se o tom crítico à ditadura argentina, em especial à prática, à época, de cantar vitória com a aquiescência de veículos de mídia, confundindo e iludindo o povo argentino, numa tentativa desesperada de legitimar-se um governo autoritário. Uma instalação com diversas televisões sobrepostas e empilhadas ilustra tal estratégia, contrapondo-se à escuridão de uma sala na qual são homenageados os mortos do conflito.



Figuras 3 e 4: Instalação com televisores transmitindo, em *looping*, reportagens com a retórica oficial da ditadura argentina, que alegava estar ganhando o conflito; instalação que homenageia os mortos da guerra de 1982 (fotos do autor).

Finda a exibição permanente, o visitante é levado até uma escadaria instalada no átrio principal, que chega até o térreo, levando o espectador de volta à estrutura circular com a linha de tempo. Descendo as escadas, é possível ver, através de uma grande fachada de vidro, um pequeno lago artificial, no qual há, ao centro, pedras esculpidas com o formato do arquipélago. O tom clínico, quase todo branco e azul, talvez reforce a identidade argentina, mas também transporta o visitante ao clima quase antártico do arquipélago rochoso. Na saída, havia um grupo de pessoas criando camisetas com um desenho em azul das ilhas e a frase “Las Malvinas son Argentinas.” O envolvimento da ditadura argentina com a causa parece ser deixado de lado, pondo-se uma questão de soberania nacional que atravessa os tempos, mas que não deixa de ser permeada por contradições.

COLONIALIDADE E DESCOLONIZAÇÃO: CONTRADIÇÕES

A ligação da exposição permanente ao Tratado de Tordesilhas (1494) é contraditória em razão de vários motivos, dentre os quais pode-se identificar, inicialmente, ao menos quatro. Primeiro, ela reforça a ideia de ocupação de “áreas desabitadas”, ecoando a noção de legitimidade através da conquista, que tanto embasou o expansionismo europeu ultramarino. Traci Voyles (2015) discute o uso da noção de *wasteland* ou, numa tradução livre, “terra devastada/inutilizável”, como estratégia para ocupação econômica e política de territórios indígenas nos Estados Unidos, já no século XX, a qual serviu para uma produtiva exploração de minérios e outros recursos naturais. A ideia de terras “não ocupadas” e “não cristãs” sustentou o desenho do tratado. Por esse viés, os arquipélagos pertenceriam à Argentina pois seriam um legado da Espanha, a qual legitimamente teria possuído as ilhas com a bênção do Papa. Em segundo lugar, o tratado em questão não foi exatamente cumprido. Os portugueses ultrapassaram a linha divisória invisível sobreposta sobre as Américas, até mesmo através do movimento no sentido oeste daqueles que ocupavam o Brasil, como os Bandeirantes. Caso o Tratado de Tordesilhas ainda fosse válido, boa parte do território brasileiro deveria pertencer aos países hispânicos vizinhos, seguindo-se essa lógica. Além disso, o próprio desenho da linha divisória era objeto de contradições. Mapas espanhóis impunham a linha em seu favor, enquanto cartógrafos a serviço de Portugal a desenhavam com vantagens à coroa portuguesa (CINTRA, 2012). Dificuldades tecnológicas eram outro obstáculo para um traçado coerente entre os dois poderes (CINTRA, 2012). Em terceiro lugar, entre 1580 e 1640, houve a notória União Ibérica, pela qual Portugal teve influência da coroa espanhola em razão da ausência de sucessor direto ao trono lusitano. Tal união trouxe consequências importantes, como um estímulo à ocupação holandesa ao Nordeste do Brasil e a aplicação de normas jurídicas espanholas nas colônias lusitanas. Por mais que nesse sistema de “monarquias compósitas” houvesse uma certa autonomia do reino subjogado, havia um arcabouço jurídico ditado pela coroa subjogadora (Espanha), conforme nos ensinam João Fragoso, Roberto Guedes e Thiago Krause (2013). Em quarto lugar, outras convenções sucederam. O Tratado de Madri (1750) efetivamente buscou corrigir as imperfeições trazidas pela realidade prática, expandindo a área portuguesa e delimitando regiões disputadas, como a do Rio da Prata. Na verdade, nem

mesmo o Tratado de Madri sanou todos os problemas, visto que a região que atualmente compõe o Uruguai continuou sob disputa diplomática até 1913 (GRINBERG, 2013, p. 9). Em outras palavras, legitimar a posse argentina através do Tratado de Tordesilhas impõe problemas histórico-jurídicos.

Soma-se aos quatro pontos acima discutidos, um quinto: a contradição na coexistência da ideia de pós-colonialidade e a argumentação com base em um tratado essencialmente colonial, que sustentou a dominação europeia sobre o Sul Global e buscou apagar os povos originários. O museu parece guiar-se por uma narrativa de conquista que tanto marca o discurso eurocêntrico, ou, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos (1994) e Eric Wolf (2005), respectivamente, a narrativa de “vencedores” em detrimento da dos “vencidos” e a “história dos que têm história.” Tem ainda maior relevância tal perspectiva crítica quando pensamos que a Argentina é um dos países mais brancos das Américas, sendo tal demografia resultante de processos migratórios europeus apoiados pelo Estado argentino, que levaram milhões de migrantes àquele país. Processo este que contribuiu para a continuidade de um processo apagamento da história e da cultura indígenas, bem como a participação de afro-argentinos na construção do seu país. Um processo que teve início no período colonial e que manteve-se no pós-independência (EDWARDS, 2020, p. 5; GURIDY e HOOKER, 2018, p. 222-264). A noção de pertencimento atrelada a critérios coloniais é contraditória, na medida em que utiliza parecidos instrumentos conceituais e jurídicos para justificar a ocupação de um território

O uso de uma retórica pós-colonial a despeito de uma posição colonial não é novo. Tampouco é inovadora a crítica a este. Porém, é necessário definirmos o conceito. A pós-colonialidade teve suas fundações fincadas a partir dos movimentos de independência na África e na Ásia pós-Segunda Guerra Mundial, tendo sido muito articulada por intelectuais do chamado “Terceiro Mundo,” muitos dos quais passaram a figurar em quadros de docência em universidades anglófonas (BERNARDINO-COSTA e GROSFUGUEL, 2016). Não ocasionalmente, nas décadas de 1980 e 1990, as ciências sociais produziram críticas ao discurso de pós-colonialidade emanado de centros de produção do conhecimento localizados nas economias centrais (FORSDICK, 2013). Criticou-se, por exemplo, a contradição de intelectuais provenientes de classes abastadas de países do Sul Global, cujas carreiras

desenvolveram-se no Norte. Lá, estes discutiram o pensamento pós-colonial sob um manto de autoridade sobre a temática. Aljaz Ahmad e sua crítica a Edward Said ilustra essa tendência. Ahmad, em respeitosa crítica ao segundo, demonstrando áreas de sombra e dúvida na notória obra de Said, afirma: “o que é extraordinário é que com a exceção da própria voz de Said, as únicas vozes que encontramos no livro são precisamente aquelas do exato cânone ocidental que Said reclama de ter silenciado o Oriente” (tradução livre) (AHMAD, 2000, p. 126). Por conta dessas contradições, Paul Amar argumenta que discursos pós-coloniais muitas vezes acabam reproduzindo critérios normativos advindos da colonização, reafirmando o Estado como ente supremo (AMAR, 2021, p. 420). Esse processo pode, inclusive, fortalecer antigas estruturas. Em casos como o indiano, argumenta-se que a onda pós-colonial tornou-se cega às disparidades de casta, inclusive reforçando tal sistema (CHAKRAVARTI, 2019).

Diante da crítica à pós-colonialidade enquanto tendência intelectual, surgiu o conceito de descolonialidade, que além de frisar contradições epistemológicas, também objetivou, no caso da América Latina, trazer a região ao debate, visto que vários dos autores pós-coloniais não incorporaram esta região (há mais tempo formalmente independente) em suas análises (BERNARDINO-COSTA; GROSGOUEL, 2016, p. 16). Além disso, essa vertente objetiva, também, refletir sobre aplicações práticas de perspectivas descoloniais. Como nos ensinam Catherine Walsh e Walter D. Mignolo, a ideia de descolonização deve ir além de uma noção de “resistência”, incorporando, em verdade, a noção de “re-existência”. Descolonização, portanto, deve permitir uma vida digna àqueles subalternizados, “desfazendo a singularidade e a linearidade do Ocidente” (WALSH; MIGNOLO, 2018, p. 3). Em que pese tal diferenciação entre pós-colonial e descolonial, a descolonialidade também tem sido objeto de críticas. Mais recentemente, Silvia Rivera Cusicanqui, socióloga latinoamericana de origem aimará, apontou contradições no seio da descolonialidade. Para ela, universidades incorporaram pessoas indígenas e disciplinas pós-coloniais, mantendo, contudo, distância de forças sociais insurgentes (CUSICANQUI, 2012, 98). Além disso, a intelectual alega que acadêmicos de prestígio apropriam discussões advindas de intelectuais do Sul sem um efetivo engajamento com comunidades indígenas para além de eventuais convites para simpósios (CUSICANQUI, 102-103). Para a autora, esse tipo de dinâmica assemelha-se à troca, remanescente da era colonial, de materiais primários, advindos do Sul, por produtos vindos do

Norte. Apesar da viabilidade da crítica, também há o perigo de homogeneizar-se as experiências dentro do próprio Norte global, no qual comunidades subalternizadas formam uma espécie de “Sul dentro do Norte”. Por outro lado, as críticas de Ahmad e Cusicanqui, quando trazidas a um caso concreto, como é o do museu argentino, iluminam a necessidade de se incorporar perspectivas que questionem, efetivamente, o eurocentrismo; tanto em teoria quanto na prática.

IMPERIALISMO BRITÂNICO: UMA REALIDADE

Em que pese seja possível tecer críticas aos argumentos da instituição, o imperialismo britânico é um fato histórico e presente. A ocupação permanente das ilhas no extremo Sul das Américas, já em um período de colonização tardia (século XIX), serviu aos interesses da coroa britânica e permaneceu relevante diante da sua proximidade com a Antártica e sua posição estratégica no Atlântico Sul. A indústria baleeira britânica, que persistiu por aproximadamente três séculos e meio, estendeu-se por diversos cantos do mundo, incluindo o Atlântico Sul (JACKSON, 2005, pp. 225-232). Não surpreende, portanto, que todos os outros arquipélagos do Extremo Sul Atlântico façam parte também dos domínios britânicos. Em outras localidades, a Chefe de Estado do Reino Unido permanece sendo monarca, como no Canadá, na Austrália, na Nova Zelândia, dentre outros. Recentemente, ganhou notoriedade o fato de Barbados, no Caribe, ter se tornado uma república, após séculos (CHARLEAUX, 2021). Além do domínio direto ou da permanência de algum tipo de influência política, mesmo que no território da simbologia, persiste a influência do poder econômico para além do Estado-nação. Esta é bem ilustrada pela ideia de uma análise “transatlântica” ou “circum-atlântica.” O primeiro conceito, de acordo com David Armitage, refere-se a “uma zona de trocas e intercâmbio, circulação e transmissão...a história do oceano como uma arena distinta de qualquer zonas oceânicas particulares, estreitas, que o componham” (ARMITAGE, 2002, p. 16). O segundo refere-se a uma análise do Atlântico como uma zona, na qual “Estados, nações, e regiões” compõem “um sistema atlântico” (ARMITAGE, 2002, p. 20).

Tais conceitos são mais visivelmente aplicáveis quando falamos de tráfico de escravos e fluxos de commodities, mas também nos servem para melhor compreendermos interesses

estratégicos, como a guarda das ilhas do Atlântico Sul como forma de resguardar possíveis recursos minerais que jazem nas profundezas do oceano. Nesse sentido, indo além de questões quantitativas, pode-se pensar no Atlântico como uma zona em constante mudança, na qual experiências humanas transnacionais vão além da questão da escravidão e além do término do tráfico de escravos (CECATTO, 2017). Com essa visão conceitual para além do período colonial, tem-se que faz sentido a argumentação argentina quanto à ideia de que o arquipélago representa, sim, um aspecto imperialista do Reino Unido. Contudo, a noção de pertencimento atrelada a critérios coloniais é contraditória, na medida em que utiliza parecidos instrumentos conceituais e jurídicos para justificar a ocupação de um território.

RELEVÂNCIA E A QUESTÃO DO “TURISMO SOMBRIO”

Considerando os apontamentos acima, consideramos que o museu argentino tem grande relevância para a educação do público geral quanto a dois aspectos importantes. Primeiro, é de grande relevo a crítica à beligerância da ditadura argentina, que não apenas trouxe inúmeras violações de direitos humanos no seio doméstico, como também desestabilizou as relações exteriores do país, comprometendo uma longa disputa sobretudo diplomática quanto à soberania latinoamericana sobre o Atlântico Sul. Nesse sentido, como outrora apontado, a localização do museu nas imediações de uma escola militar utilizada como local de sequestro, tortura e desaparecimento, torna-se plenamente coerente. O segundo aspecto diz respeito à informação do público quanto às complexidades naturais do arquipélago, bem como sua relevância para fins políticos, econômicos e sociais. Ainda que haja entraves do ponto de vista da ausência de representatividade não europeia e da insistência em um viés eurocêntrico, o museu explica as várias riquezas do local, ensejando um debate sobre sua relevância mundial. Não são apenas algumas rochas.

Se até aqui discutimos perspectivas do Estado argentino e da instituição, têm relevância as potenciais razões pelas quais os visitantes buscam visitar o museu. Esse debate situa-se dentro do chamado “turismo da sombra” (*dark tourism*). Essa modalidade de turismo envolve locais nos quais houve catástrofes (humanas ou não humanas) e alguma forma de sofrimento, inclusive morte (GONÇALVES, 2017, pp. 31-35). Como uma categoria ampla,

envolve desde campos de concentração do Holocausto até porões de ditaduras militares. Há quem também inclua em tal rol ruína da Antiguidade, como coliseus e outros espaços de espetáculo da morte (PEREIRA, 2020). As suas implicações em sociedade, contudo, são objeto de controvérsias. Também há diversas classificações para esse nicho turístico. Em sua revisão de literatura, Pereira (2020) atribui o uso inicial acadêmico do conceito - ainda que não exatamente tal termo - a livro publicado pelo sociólogo Chris Rojek. Para este, dentre as várias espécies de locais do gênero “local turístico”, há *black spots* (ROJEK, 1993, p. 136), ou locais “de exploração comercial de cemitérios e locais nos quais celebridades ou um grande número de pessoas morreram súbita e violentamente” (tradução livre). A expressão *dark tourism* teria vindo de Malcolm Foley e John J. Lennon (PEREIRA, 2020, p. 219). Tais autores criticam a comercialização de locais que envolvem morte, muitas vezes de forma anti-histórica e espetacular. Para eles, esses espaços tendem a depender de métodos interpretativos amplos ou uso de artifícios visuais, como vídeos em *looping*. Em tradução livre, estes argumentam que “a dependência de cinejornais para fins interpretativos” demonstra uma “dificuldade fundamental em delinear-se educação e entretenimento ou espetáculo”, bem como “um *approach* acrítico da história” (FOLEY; LENNON, 1996, p. 210). O conceito acadêmico, popularizado nos anos 1990, emerge num contexto de crítica à comodificação de espaços de sofrimento.

Se Rojek (1993) e os autores Foley e Lennon (1996) trabalharam o campo por uma perspectiva crítica, possivelmente em razão de sua análise envolver locais de exploração comercial, há autores que veem um potencial benéfico em espaços do turismo da sombra (GONÇALVES, 2017, pp. 32-35). O turismo de locais de escravidão, por exemplo, pode ser benéfico para que se dê mais notoriedade à escravidão em si (DANN; SEATON, 2000). No Brasil, tem havido grande ênfase nesses locais, como ocorrido na Pequena África, no Rio de Janeiro (RABELLO SODRÉ, 2020). Muitas vezes, os próprios moradores de uma localidade, muitos descendentes de pessoas escravizadas, promovem uma modalidade educativa de turismo, que ressalta histórias apagadas e entraves contemporâneos. Para Simone Vassallo e André Cicalo, estudiosos do Cais do Valongo e regiões adjacentes, “as lideranças do movimento negro envolvidas, o cais parece simbolizar a sua ancestralidade e as suas lutas por reconhecimento e visibilidade (VASSALO; CICALO, 2015, p. 265). Assim, “defendem a

implementação de um turismo étnico ou de memória que leve à reflexão sobre o passado escravocrata e a discriminação racial” (VASSALO; CICALO, 2015, p. 265). No caso da Argentina, ainda que o interesse do público geral venha, possivelmente, do conflito de 1982, e não de um interesse biológico e geológico sobre o arquipélago, as dimensões da natureza são descobertas pelos visitantes. Pode-se concluir, portanto, que ainda que se analise o museu enquanto uma instituição de *dark tourism*, tal classificação não é necessariamente problemática, uma vez que a instituição pública do Estado argentino, de acesso gratuito, não busca comercializar uma tragédia, mas sim promover uma agenda educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou examinar o Museu Malvinas e Ilhas do Atlântico Sul, localizado na cidade de Buenos Aires, Argentina. A exposição permanente da instituição portenha une lições geológicas e biológicas a questões de geografia humana e história. Esses temas não são analisados de forma isolada, mas sim em conjunto. Assim, laceando esses diversos aspectos dos arquipélagos, a instituição busca reafirmar a tese argentina sobre o seu domínio sobre as ilhas. Animais que vivem em diversas partes do extremo Atlântico Sul são utilizados como evidência de uma conexão entre ilhas e o continente americano. As sucessivas tentativas de afirmação da soberania argentina, desde os primeiros anos pós-independência, também têm destaque. Sobressai-se, contudo, a enorme linha do tempo posta no átrio do museu, que atribui ao Tratado de Tordesilhas (século XV) a origem da tese argentina. Ao longo de diversas galerias, o tratado é mencionado novamente, passando a ser aliado a figuras da independência do país argentino, sugerindo uma forma de continuidade pós-independência da soberania sobre aquelas ilhas. A narrativa, então, incorpora uma crítica ao imperialismo britânico, buscando associar o arquipélago a uma causa latinoamericana contra a intervenção europeia na região.

Em que pese tal narrativa nacionalista, o museu também reconhece os erros e excessos da invasão das ilhas pela ditadura argentina em 1982. Usando terminologia dura contra a ditadura, seguindo o padrão de outras instituições argentinas, a guerra é posta como forma de terrorismo de Estado, que pôs a vida de argentinos em risco, frustrou o país e ainda foi

propagada como algo positivo pela mídia, em conluio com o Estado. Assim, a instituição tem o difícil trabalho de conciliar a tese da soberania argentina com uma crítica ao imperialismo britânico. A conciliação desses dois temas não é trivial. Fosse adotada uma perspectiva descolonial, que trouxesse uma discussão sobre povos originários, harmonia entre seres humanos e natureza, bem como outros aspectos distantes das teses de dominação europeias, a instituição poderia destacar-se com uma narrativa distante. Porém, optou-se pela reafirmação do Tratado de Tordesilhas e de outros instrumentos de origem europeia, mesmo aqueles do pós-independência, que efetivamente reiteram os primeiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMAD, A. **In theory**: classes, nations, literatures. Repr ed. London: Verso, 2000.

AMAR, Paul. Insurgent African Intimacies in Pandemic Times: Deimperial Queer Logics of China's New Global Family in *Wolf Warrior 2*. **Feminist Studies**, v. 47, n. 2, p. 419–448, 2021.

ARMITAGE, D. Three Concepts of Atlantic History. Em: ARMITAGE, D.; BRADDICK, M. J. (Eds.). **The British Atlantic world, 1500-1800**. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan, 2002. p. 13–29.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSFUGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016.

CECATTO, A. A História Atlântica como possibilidade de abordagem metodológica para os estudos do Atlântico e o ensino de História da África. **Temporalidades – Revista de História**, v. 9, n. 1, p. 167–183, 2017.

CHAKRAVARTI, Ananya. Caste Wasn't a British Construct – and Anyone Who Studies History Should Know That. **The Wire**, 2019. Disponível em: <<https://thewire.in/caste/caste-history-postcolonial-studies>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CHARLEAUX, J. P. Como Barbados se tornou a mais nova república do mundo. **Nexo**, 30 nov. 2021. <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/11/30/Como-Barbados-se-tornou-a-mais-nova-rep%C3%BAblica-do-mundo>; Acesso em 19 de maio de 2022.

CINTRA, J. P. O mapa das cortes e as fronteiras do Brasil. **Boletim de Ciências Geodésicas**, v. 18, n. 3, p. 421–445, 2012.

CUSICANQUI, S. R. *Ch'ixinakaxutxiwa*: A Reflection on the Practices and Discourses of Decolonization. **South Atlantic Quarterly**, v. 111, n. 1, p. 95–109, 1 jan. 2012.

DANN, G. M. S.; SEATON, A. V. Slavery, Contested Heritage and Thanatourism. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, v. 2, n. 3–4, p. 1–29, 23 out. 2001.

EDWARDS, E. D. **Hiding in plain sight: Black women, the law, and the making of a white Argentine Republic**. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2020.

FOLEY, M.; LENNON, J. J. JFK and dark tourism: A fascination with assassination. **International Journal of Heritage Studies**, v. 2, n. 4, p. 198–211, dez. 1996.

FORSDICK, C. The Oxford Handbook of Postcolonial Studies. Em: HUGGAN, G. (Ed.). **.Postcolonializing the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 648–668.

FRAGOSO, J.; GUEDES, R.; KRAUSE, T. **A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna: Monarquia pluricontinental e Antigo Regime**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

GONÇALVES, A. F. S. **Dark Tourism – O lado sombrio do turismo: Aplicação à cidade do Porto**. Dissertação de Mestrado —Porto, Portugal: Instituto Politécnico do Porto, 2017.

GRINBERG, K. Fronteiras, escravidão e liberdade no sul da América. Em: **As fronteiras da escravidão e da liberdade no sul da América**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. p. 7–24.

GURIDY, F.; HOOKER, J. Currents in Afro-Latin American Political and Social Thought. Em: DE LA FUENTE, A.; ANDREWS, G. R. (Eds.). **Afro-Latin American Studies: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018. p. 222–264.

JACKSON, G. **The British whaling trade**. St. John's, Nfld: International Maritime Economic History Association, 2005.

KRISJANOUS, J. An exploratory multimodal discourse analysis of dark tourism websites: Communicating issues around contested sites. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 5, n. 4, p. 341–350, dez. 2016.

MIGNOLO, W.; WALSH, C. E. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durham: Duke University Press, 2018.

PEREIRA, T. Motivações para a prática do *dark tourism*. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 7, n. 14, p. 215–230, 22 dez. 2020.

RABELLO SODRÉ, J. G. Espaços Subalternos e Imaginários Diaspóricos no Cais do Valongo. Em: PURIFICAÇÃO, M. M.; CATARINO, E. M.; OLIVEIRA, P. M. P. DE (Eds.). **Antropologia e crítica social: visão crítica da realidade sociocultural**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

ROJEK, C. **Ways of escape: modern transformations in leisure and travel**. Basingstoke: Macmillan, 1993.

SANTOS, B. DE S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 39, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451997000100007>; Acesso em 23 de maio de 2022.

VASSALLO, S.; CICALO, A. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, v. 21, n. 43, p. 239–271, jun. 2015.

VOYLES, T. B. **Wastelanding: Legacies of Uranium Mining in Navajo Country**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

WOLF, E. R. **A Europa e os povos sem história**. São Paulo: EDUSP, 2005.

Artigo recebido em jan.2022. Aprovado em mar. 2022.